

PORTARIA N.º 767 /2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, de acordo com a Portaria N.º 815, de 3 de agosto de 2009 (DJ de 05.08.2009), alterada pela Portaria n.º 264, de 24 de fevereiro de 2010 (DJ de 25.02.2010) e de conformidade com o Processo n.º 8511291-05.2013.8.06.0000

DESIGNAR a DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA e FÁTIMA MARIA ROSA MENDONÇA, Juíza de Direito - Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, para viajarem a Brasília-DF, nos dias 06 e 07 de agosto do corrente ano, com o objetivo de participarem da VII Jornada Lei Maria da Penha, no dia 07 de agosto de 2013, no Plenário do Conselho Nacional de Justiça, concedendo-lhes o pagamento, INDIVIDUAL, de 01 e ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$ 669,93 (seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), totalizando R\$ 1.096,89 (hum mil e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, para a Desembargadora e Magistrada indicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de julho de 2013.

DES. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE DO TJCE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, incisos X e XIV, da Lei estadual n.º 12.342, de 28 de julho de 1994, o art. 5º, inciso III, da Lei estadual n.º 12.483, de 03 de agosto de 1995,

RESOLVE:

exonerar ARUZA ALBUQUERQUE DE MACEDO, Matrícula n.º 6816, do cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessora Jurídica da Consultoria Jurídica, símbolo DJS-1, e **nomeá-la** para o cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessora Jurídica da Vice-Presidência, símbolo DJS-1;

exonerar VALESKA PINTO CAVALCANTE, Matrícula n.º 3210, do cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessora Jurídica da Vice-Presidência, símbolo DJS-1, e **nomeá-la** para o cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessora Jurídica da Consultoria Jurídica, símbolo DJS-1.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 24 de julho de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, incisos X e XIV, da Lei estadual n.º 12.342, de 28 de julho de 1994, o art. 5º, inciso III, da Lei estadual n.º 12.483, de 03 de agosto de 1995, e em conformidade com o Processo Administrativo n.º 8509681-02.2013.8.06.0000,

RESOLVE:

exonerar MARIA ÉLIA DA COSTA FARIAS, Matrícula n.º 6948, do cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Assessora da 2ª Câmara Criminal, símbolo GAJ-1, e **nomear GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU**, Matrícula 1980, Agente Administrativa da Secretaria do Trabalho e Ação Social, à disposição deste Tribunal, para o referido cargo.

exonerar GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU, Matrícula 1980, Agente Administrativa da Secretaria do Trabalho e Ação Social, à disposição deste Tribunal, do cargo em comissão de Gerência e Assessoria Judiciária de Oficiala de Gabinete, símbolo GAJ-2, com lotação no Gabinete do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, e **nomear KELLY STEFANY MARTINS ARAUJO GONZALES**, Auxiliar Judiciária, Matrícula n.º 201534, para o referido cargo.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de julho de 2013.

Desembargador LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO
PRESIDENTE

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS N.º 55 DE 2013

1 PRECATÓRIO COMUM N.º 335914-16.2000.8.06.0000. CREDOR: ALCIDES ANDRADE. DEVEDOR: MUNICÍPIO DE CHAVAL. A informação retro esclarece que o presente feito originou-se de débito que ensejou a expedição do precatório que tramita sob o n.º 355128-90.2000.8.06.0000. Constatando, porém, que este precatório foi protocolado em data posterior ao antes indicado, determino o seu cancelamento, enquanto o outro seguirá o trâmite regular. (...). Intimem-se. **DR. FRANCISCO IVAN RODRIGUES MENDES OAB/CE N.º 1.379.**

2 PRECATÓRIO N.º 21417-60.2006.8.06.0000. CREDOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. DEVEDOR: